



O direito à educação como princípio de emancipação das populações quilombolas brasileiras: um estudo sobre a produção acadêmica em Educação Escolar Quilombola no Brasil, entre 2012 e 2019

Ricardo Tadeu Barbosa¹

Resumo

O presente trabalho comunica o atual estado do conhecimento relacionado às pesquisas de doutoramento em Educação Escolar Quilombola (EEQ), desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no país, no período compreendido entre 2012 e 2019, revelando e analisando os diversos contextos e processos inerentes às dinâmicas que envolvem a produção de teses em EEQ no período especificado. O corpus de análise deste estudo, que é fruto de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), é constituído pela perscrutação de vinte e cinco teses que tiveram como objeto de estudo a Educação Escolar Quilombola. O suporte teórico desse estudo está fundamentado pelas categorias analíticas ligadas à esfera do direito, dos movimentos sociais e da cultura, perpassadas através de diálogos com os campos da História Social, da Antropologia, das Ciências Sociais e da Educação. Os resultados revelam o caráter afirmativo da educação como mecanismo de resistência, situando a EEQ como um ator político em constante construção. Neste viés, a EEQ engendra premissas que se assentam nas pautas das lutas do povo negro no país, possibilitando a afirmação de identidades específicas e de sentidos de pertencimento étnico-racial, reforçando a organização social nos territórios aquilombados em ações emancipatórias, voltadas para o bem-estar coletivo das populações tradicionais quilombolas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola, Escola Quilombola, Comunidades Tradicionais Quilombolas, Estado do Conhecimento.

¹ Professor do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, *Campus* Pirapora; Doutor e Mestre em Educação; Pesquisador da História do pensamento social negro no Brasil nos séculos XIX e XX e das intercessões entre História e Educação das Relações Étnico-Raciais e da Educação Escolar Quilombola.

Educação Escolar Quilombola: entrelaces entre os saberes tradicionais e os saberes docentes em permanentes construções coletivas

A pauta quilombola, em seus vários níveis, se tornou de suma importância no debate nacional sobre direitos, reparação histórica e cidadania. Seja por questões relacionados a titulação e demarcação de terras quilombolas, como visa o artigo 68 da ADCT, ou o artigo 216 da Constituição Federal, que constitui o tombamento dos sítios e documentos históricos quilombolas, ou mesmo no campo das políticas públicas, como é o caso do Programa Brasil Quilombola, que articula várias outras políticas públicas para implementação e efetivação de direitos quilombolas no país. Enfim, são diversas as articulações entre Estado e Sociedade Civil que colocam em pauta as Comunidades quilombolas como atores frente ao processo de democratização e cidadania brasileira.

Um ponto chave para se entender a luta históricas das populações negras e quilombolas é a questão educacional. Pleiteada pelo movimento negro há anos (DOMINGUES, 2008), a educação era vista como uma forma de combate às desigualdades raciais, valorização da cultura e identidade negra e combate ao racismo, ou seja, na visão do movimento negro a educação assumia aspectos centrais para reverter uma situação de alijamento de direitos e efetivação do gozo dos direitos sociais e civis, nesses termos a educação não é só mais um ponto das reivindicações do movimento negro, ela é parte central das demandas sociais negras, e como uma das principais garantias institucionais dessa luta histórica pelo direito a educação temos a lei 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana.

Temos nos contornos educacionais desse cenário, a especificidade da educação escolar quilombola, que surge de dois grandes movimentos. O primeiro, já citado, advém das demandas da população negra, e quilombola, por uma educação pautada em princípios políticos e sociais. Já o segundo grande movimento tem intensas relações com o primeiro, mas abarca outras dimensões políticas de outros sujeitos, como indígenas, populações do campo e ribeirinhas, quilombolas, sem terras e outros; que é a chamada educação para diversidade. A educação para a diversidade tem como princípio a educação em direitos humanos e tem como um marco importante, dentro do plano Legal, a inclusão no Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Básico (1995) o tema transversal de “pluralidade cultural” (CANDAUI, 2012).

Posteriormente a inclusão dos temas transversais nos currículos escolares e as lutas e articulações do movimento negro e quilombola junto a Sociedade Civil, no plano educacional se tem a conquista das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, através da Resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Ao fim e ao cabo, entender todo esse processo de exclusão de direitos até a luta por garantia deles se torna importante para entendermos o processo de construção da educação escolar quilombola no Brasil, para além disso, considero que discutir e dialogar sobre a educação escolar quilombola e seus contornos é imprescindível pra se entender o processo político e social brasileiro.

Pesquisa em Educação Escolar Quilombola: adentramentos, alinhavos e perscrutações em Teses defendidas em Programas de Pós-Graduação em Educação, entre 2012 e 2019

Salienta-se, aprioristicamente, que este estudo, ancorado no aporte qualitativo, em que se assentam a pesquisa bibliográfica e documental, se associa ao campo das investigações designadas como “estado do conhecimento”², que visa reunir, identificar, registrar, categorizar, sintetizar e, fundamentalmente, refletir acerca das principais características, tendências, lacunas e avanços presentes nas teses desenvolvidas sobre Educação Escolar Quilombola, em Programas de Pós-Graduação em Educação, entre o período de 2012 a 2019. Isto posto, assinala-se que este trabalho consiste no diálogo profícuo com pesquisadores/as e com as teses por eles/as desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. Os caminhos abertos por este estudo, via interlocuções com as comunidades estudadas e com os/as autores/as dos trabalhos aqui reunidos, representam a possibilidade de novos olhares acerca dos caminhos trilhados pelas pesquisas já realizadas e o suscitar de novos horizontes de pesquisa em Educação Escolar Quilombola no país.

² As pesquisas decorrentes do Estado do Conhecimento, habitualmente, se inserem na perspectiva de investigações de cunhos descritivos e bibliográficos. Essa metodologia pesquisa tem nutrido trabalhos recentes nas esferas dos programas de pós-graduação no Brasil e aguçado o interesse de pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento nacional. Nesse direcionamento, pondera-se o efetivo crescimento desse tipo de investigação no campo da pesquisa em Educação no país, principalmente, em trabalhos que envolvem temáticas relativas à formação de professores, identidade e profissionalização docente, currículo, metodologias de ensino e ensino em espaços escolares e não escolares. Para um exame mais bem acurado, confira: ROMANOWSKI; ENS, 2006; FERREIRA, 2002.

A abertura desse campo de investigação teve início no processo desencadeado pela busca de trabalhos no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT), através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na Associação Nacional de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Depois de um processo de seleção, cotejamento, análise, categorização e leitura inicial de parte dos trabalhos encontrados, cujas delimitações e procedimentos encontram-se no capítulo cinco desta tese, a ideia de trabalho com as pesquisas em EEQ, desenvolvidas junto a Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) no país, foi tomando forma empírica e se solidificando enquanto possibilidade de intervenção analítica. Assim, num processo gradativo e constante, o que antes demonstrava ser uma inquietação particular, se transformou numa pergunta de pesquisa, capaz de mover os sete capítulos que se arrolam dispostos após esta breve introdução. Dessa forma, apresento a questão que norteia os caminhos do presente trabalho: quais as principais tendências de pesquisa e quais as maiores recorrências temáticas, analíticas, teóricas e metodológicas evidenciadas nas teses em Educação Escolar Quilombola, produzidas em PPGE no Brasil, no período compreendido entre 2012 e 2019?

O objeto deste estudo consiste na apresentação do atual Estado do Conhecimento acerca das pesquisas de doutorado que se propuseram a analisar as especificidades inerentes aos processos formais da Educação Escolar Quilombola, concluídas no período compreendido entre os anos de 2012, desde a publicação da Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB), até o final do ano de 2019.

O objetivo geral deste estudo se materializou na pesquisa dos bancos repositórios de trabalhos de pós-graduação acima descritos, na busca por mapear, descrever e analisar, de forma qualitativa e quantitativa, os diversos contextos que envolvem a produção de teses em Educação Escolar Quilombola, desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no país. Assim, buscou-se identificar as principais tendências teórico-metodológicas, os objetivos e os problemas recorrentes nas investigações, bem como, os resultados obtidos, os avanços científicos e os novos desafios no campo da pesquisa em EEQ.

No percurso de seleção dos trabalhos que abrigam o *corpus* empírico de análise deste estudo, me dispus a mapear a produção acadêmica relacionada à Educação Escolar Quilombola, que é o objeto deste trabalho, em três repositórios diferentes e cotejá-los na iminência de elencar com maior rigor os trabalhos referentes a este universo de pesquisa. Assim, perscrutamos o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)³, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴, do Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia (IBICT) e o banco de teses da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)⁵. Saliento, nesse sentido, que a minha opção em realizar a busca e seleção do *corpus* dessa pesquisa nos repositórios CAPES, BDTD e ABPN, consiste, fundamentalmente, por considerar tais entidades e organizações como centros de excelência e de referência no âmbito da comunidade acadêmica nacional, assim como, por serem dotadas de imensa credibilidade junto as instâncias de pesquisa e de pesquisadores brasileiros e por suas notáveis contribuições nos campos da integração, divulgação e fomento da pesquisa acadêmica e, sobretudo, na promoção da educação, na dedicação responsável à produção do conhecimento e no desenvolvimento humano e humanizado. Cabe o destaque de que durante o processo de seleção do *corpus* empírico deste trabalho, e, para além do que aqui já está destacado, o repositório da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as foi considerado por se tratar de uma referência nacional na temática dos estudos étnico-raciais. A importância dessa associação é sopesada por Gomes (2012) quando assinala que:

A ABPN surgiu para congregar pesquisadores negros e não negros que estudam as relações raciais e demais temas de interesse da população negra, produzir conhecimento científico sobre a temática racial e construir academicamente um lugar de reconhecimento das experiências sociais do movimento negro como conhecimentos válidos (GOMES, 2012, p. 740).

³ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 11 jun. 2020.

⁴ Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. De acordo com dados encontrados no portal, “a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos”. Acesso em: 14 jun. 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.abpn.org.br/banco-de-teses>. Fundada em agosto do ano 2000, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), é uma organização que não objetiva lucro comercial e apartidária. Busca dar visibilidade, defender e divulgar a pesquisa acadêmica realizada, preponderantemente, por pesquisadores/as negros/as e que estejam diretamente ligadas a temas de interesse das populações negras no Brasil e de todos os segmentos sociais pautados na edificação e ampliação do desenvolvimento sócio político e cultural da sociedade. Acesso em: 17 set. 2020.

Destaca-se que a identificação do conjunto de produções acadêmicas e o recorte temporal que envolvem o mapeamento da área do conhecimento e de suas particularidades teóricas e analíticas que abarcam temas correlacionados à Educação Escolar Quilombola. Nesta fase, a tendência é que surjam uma grande quantidade de trabalhos que dialoguem com essa especificidade temática, sendo indispensável o inventariamento dos trabalhos que estejam alinhados aos objetivos e propósitos da investigação em andamento. Num primeiro levantamento de teses, encontrou-se um total de 392 trabalhos, divididos entre 77 áreas do conhecimento e em 124 programas de pós-graduação de diferentes abrangências distribuídos pelo país, cujos dados foram perscrutados na busca ostensiva daqueles alinhados com o perfil delineado pelos objetivos desta tese.

O percurso de busca nos repositórios acima citados compreendeu um alongado processo de sondagem, investigação, consulta, diligência, confrontação e cotejamento de informações acerca da produção de teses que abarcam a Educação Escolar Quilombola⁶. Os critérios de seleção que constituíram o *corpus* empírico desta tese abarcaram trabalhos que focalizaram a EEQ em instituições formais de ensino básico, independentemente da etapa de ensino abrangida pelo estudo⁷. Não obstante, foram selecionados os trabalhos realizados, exclusivamente, em programas de pós-graduação em Educação, independentemente de terem sido produzidos em instituições públicas, privadas ou confessionais, no período compreendido entre os anos de 2012 e 2019, que possuíssem texto completo disponibilizado para consulta e com divulgação expressamente autorizada em pelos autores/as, em formato digital, através dos repositórios institucionais orientados pela CAPES. Além dos critérios mencionados, foram adotados os seguintes termos como descritores para busca nos repositórios na internet: “educação quilombola”; “educação no quilombo”; “educação escolar quilombola”; “escola quilombola”; “escola no quilombo”; “escolarização quilombola” e “escolarização no quilombo”.

Os parâmetros acima definidos, resultaram na seleção de vinte e cinco teses desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, que

⁶ As informações advindas dos portais da CAPES, BDTD e ABPN são sistematizadas no intuito de se promoverem a publicização e o acesso através da rede mundial.

⁷ A Educação Básica no Brasil é constituída por três etapas: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Essas etapas articuladas, formam a base da educação nacional (CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação básica no Brasil. In: **Educação e Sociedade**, Campinas: v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002).

se propuseram a analisar as especificidades inerentes aos processos formais da Educação Escolar Quilombola, concluídas no período compreendido entre os anos de 2012, desde à publicação da Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012, que definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB), até o final do ano de 2019⁸.

O Direito à Educação: emancipação e resistências na Educação Escolar Quilombola

Atualmente Conceição das Crioulas articula uma luta pela terra e outros direitos num contexto político bastante amplo: o dos movimentos sociais. Assim, enquanto sujeito coletivo, se esforça para encaminhar ações políticas que possam mudar as condições de vida ali existentes; pois, apesar de algumas conquistas, a vida desses quilombolas, assim como de outros, ainda têm muito que melhorar. Como afirmam em Conceição das Crioulas, “a terra precisa vir acompanhada de condições de trabalho para fazê-la produzir”. [...] Os quilombolas acreditam que a educação não pode estar desvinculada da luta pela terra, que consideram de suma importância. Reafirmo, portanto, a minha compreensão de que a luta pela terra, por uma educação específica e diferenciada que confira identidade ao povo quilombola, são as principais bandeiras de luta do movimento social de Conceição das Crioulas (LEITE, 2012, *passim*)⁹.

A luta por direitos sociais, cidadania e pelos territórios quilombolas está articulada, em âmbito nacional, com o movimento social quilombola que, emergiu em todo o país, durante as lutas pela redemocratização nacional. Essas mobilizações advêm de históricos embates travados nos sindicatos de trabalhadores rurais que, em alinhamento com o Movimento Negro Unificado durante a década de 1980, se constituiu em um novo sujeito político, com demandas sociais e coletivas próprias. Não obstante, as populações quilombolas têm conduzido suas vidas apresentando distintas formas de articulação, participação e de organização política nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito às lutas empreendidas pelo direito à educação pública, já que o acesso à escolarização se constituiu durante muito tempo como um dos limites impostos às

⁸ A exposição dos trabalhos selecionados para a tessitura do trabalho esta tese está disponível em: BARBOSA, Ricardo Tadeu. **Tendências de pesquisa em educação escolar quilombola**: um estudo de teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 2012 a 2019. 2021. 417 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação.

⁹ LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social e educação**: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

populações negras secularmente aquilombadas, sejam elas rurais ou urbanas. A esse respeito, Silva (2013)¹⁰, corrobora que:

mesmo impedida de estudar, a população negra forjou outras formas de expressões e lógicas culturais singulares, sobretudo com a intenção precípua de buscar inserir-se no mundo do trabalho e na educação; lutou, e continua lutando, para modificar as leis do país, com o objetivo de obter direitos de cidadania. É o caso das comunidades quilombolas que, por sua vez, foram se adequando aos seus tempos, até chegarem, na contemporaneidade, como agentes sociais que reclamam a condição de novos sujeitos de direitos étnicos (SILVA, 2013, p. 174).

Em relação ao contexto de lutas pela garantia e ampliação de direitos às populações quilombolas, chama-se à atenção para o estado de precariedade relacionado ao usufruto da infraestrutura básica necessária para a efetivação e o fomento digno à vida, incluindo-se o acesso à água potável, saneamento básico, o direito à saúde, à educação e a inserção social, que rompem com o preceito predominantemente arraigado no Brasil de cidadania restrita à esfera da instituição política formal, assim como, da morosidade nos processos de regularização fundiária na ampla maioria dos territórios ancestrais quilombolas. Nessa premissa, uma das fundadoras do Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e uma liderança histórica do movimento social quilombola na comunidade de Conceição das Crioulas, Givânia Maria da Silva, se referindo às lutas pelo direito à territorialidade e a necessidade vital da coletividade nesse propósito, traça uma analogia acerca dos desafios atualmente colocados ao processo de democratização e inclusão dos grupos quilombolas historicamente excluídos das benesses dos direitos sociais e coletivos, assinalando que:

os desafios de hoje são os desafios de ontem. Por que os de ontem? Porque esses foram o desafio da superação dos navios, da escravidão, do anonimato, do abandono, e etc. Os de hoje não são esses, mas tem a mesma finalidade que é anular qualquer possibilidade de que preto nesse país seja tratado como o restante da população. Quando a grande imprensa, o latifúndio, setores conservadores da sociedade reagem contra essa política nós entendemos que o que está acontecendo hoje é o mesmo que aconteceu ontem, só que por outros meios e outros mecanismos. O que está posto é a certeza de que cada vez mais precisamos estar unidos. É uma luta árdua e, acima de tudo, é uma luta coletiva, pois só assim teremos força

¹⁰ SILVA, Paulo Sérgio da. **Contornos pedagógicos de uma Educação Escolar Quilombola**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

para lutar por um direito que nos é tão negado, que é o direito às nossas terras (SILVA, 2008)¹¹.

As discussões que envolvem a efetivação do direito universal à Educação estão presentes, direta ou indiretamente, em praticamente todo corpo empírico de abrangência desse estudo. Esse alcance temático nos permite considerar o Direito à Educação como uma categoria analítica desse trabalho, pela necessidade de se garantir o acesso à educação, enquanto direito inalienável de todo cidadão brasileiro, e, principalmente, pela caracterização desse direito como uma base em que se assenta grande parte dos anseios de emancipação por parte das populações quilombolas. Nesse viés, esta categoria analítica foi amplamente discutida pelos/as autores/as aqui reunidos, apontando a tendência de se pensar e de se garantir uma Educação como estratégia de luta e de emancipação das comunidades quilombolas, assim como, de preservação de suas culturas, de suas memórias, de seus territórios, de suas identidades, de suas histórias e de suas diversidades.

As simetrias e as interrelações assinaladas entre as lutas e as demandas quilombolas que dizem respeito à garantia do direito à Educação, que nesse trabalho evidenciamos como uma das tendências de pesquisa em Educação Escolar Quilombola, é bem exemplificada no estudo de Lopes (2012)¹². Esse autor analisou a questão fundiária na comunidade quilombola de São Miguel, no município de Restinga Seca, no Estado do Rio Grande do Sul, associando-a ao trabalho educacional realizado na Escola Municipal Manoel Albino Carvalho, revelando a existência de estreitas relações entre as dimensões da luta pelo território, nos contextos da Educação e da política pedagógica desenvolvida na referida comunidade. Na articulação construída entre educação e território são tecidas boa parte das relações sociais comunitárias e perpassados saberes e fazeres que respeitam e valorizam a ancestralidade negra de origem africana. Nessa tessitura, a educação desenvolvida naquela instituição escolar é capaz de captar e discutir criticamente as nuances da vida social e política, oferecendo uma proposta educativa que prima pela emancipação da comunidade quilombola. De acordo com o pesquisador, a educação escolar desenvolvida na comunidade de Restinga Seca se caracteriza na articulação entre

¹¹ Depoimento de Givânia Maria da Silva. In: **Manifesto pelos Direitos Quilombolas**. Disponível em: http://sistema.app.com.br/portalapp/imprensa/manifesto_direito_quilombola.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

¹² LOPES, Dilmar Luiz. **Rodas de conversa e Educação Escolar Quilombola: arte do falar saber fazer: o Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

a promoção de uma política pedagógica que estimula os discentes a se colocarem como sujeitos de direitos, a incorporarem e difundirem saberes práticos instalados historicamente no quilombo, preparando os sujeitos sociais para o embate político, através da adoção de pedagogias que relacionem os processos de ensino-aprendizagem às dinâmicas das ações coletivas, subsidiadas no âmbito da consciência coletiva, derivada da histórico de exploração e de exclusão seculares, na busca pujante pela cidadania plena. De acordo com a pesquisadora:

é na relação entre território e educação em circunstâncias históricas que se aprende o cotidiano da exploração, do racismo, bem como a própria ressignificação do saber quilombola, agora voltado para o empoderamento da comunidade. A escola que interessa é aquela que ensina ciência vinculada ao movimento, que cria as condições de luta para concretização de suas necessidades. Uma escola que não negue o saber produzido coletivamente no interior da comunidade, nos movimentos de luta, nas diferentes manifestações culturais, nas festas, mas pelo contrário, seja um “lócus” onde esse saber seja bem elaborado e se constitua num instrumento para aperfeiçoar os direitos quilombolas (LOPES, 2012, p. 122).

Na prerrogativa de se compreender as variantes que marcam a educação como um campo do direito social subjetivo e como elemento de emancipação dos sujeitos, Martins (2015)¹³ analisou, através de narrativas, as trajetórias de formação de cinco professoras que atuam/atuaram em escolas rurais do Brasil, México e Bolívia, constituídas por três gerações de mulheres na faixa etária compreendida entre 25 e 72 anos de idade, todas elas pertencentes à classe popular, e, portanto, com dificuldades econômicas para investimentos no campo da profissionalização. Para a autora, a organização e a consciência política presentes nas comunidades pesquisadas são fontes de conquistas emancipatórias, manifestadas nas práticas curriculares desenvolvidas em projetos educacionais, centrados nos horizontes da História e da Cultura Afro-brasileira, que se mostram referenciadas nas tradições orais e nas memórias históricas que consideram as comunidades rurais, em primeira instância, como experiências sul-americanas decorrentes da diáspora africana, que funcionam como motor propulsor de busca de direitos sociais e de cidadania para os membros comunitários em processos de formação educativa.

¹³ MARTINS, Marilda da Conceição. **Professoras de escolas rurais: Bolívia, Brasil e México**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Das três professoras brasileiras pesquisadas, uma trabalha em uma escola quilombola, outra em uma comunidade rural sem ligação com os Movimentos Sociais e a terceira em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A professora boliviana entrevistada trabalha na Comunidade *San Juan del Chaco*, no município de Vallegrande e a professora mexicana atua na cidade de Oaxaca. As cinco docentes pesquisadas, têm/tiveram suas trajetórias de vida ligadas à participação organizada junto aos movimentos sociais, que segundo a pesquisadora, foi fato preponderante para o engajamento e a permanência no âmbito da docência rural. Na especificidade do Direito à Educação, no âmbito dos três países abrangidos pela pesquisa, foi identificada a importância de se construir propostas educativas pautadas nas premissas dos Direitos Humanos, na perspectiva de enfrentamento e de luta às opressões de vieses racistas e machistas. Tais nuances se revelaram, muito efetivamente, no trabalho da professora que atua na comunidade quilombola, que se manteve empenhada em denunciar e combater o racismo em sua comunidade¹⁴. Nesse contexto, a pesquisadora assevera a necessidade de que a escola quilombola assuma e valorize a cultura local, “defendendo a construção de valores, opostos às práticas racistas, por exemplo, e que tornem os estudantes conscientes dos seus direitos e deveres” (MARTINS, 2015, p. 217). A tendência da associação entre a Educação, a prática educativa e a formação de cidadãos plenos, que buscam a reivindicação de direitos sociais e coletivos, é apontada por uma docente durante uma entrevista de pesquisa. A professora entrevistada assinala a primazia da Educação como local de formação de pessoas que valorizem as suas histórias e que sejam capacitadas para se tornarem sujeitos de direitos e de cidadania plena. Durante a entrevista de pesquisa, a docente aponta para a necessidade de que a Educação e os profissionais que nela atuam, assumam as funções de centralidade política e formativa na ação educativa, na premissa de se garantir o acesso aos direitos que possibilitam o desenvolvimento humano individual e coletivo da comunidade, na medida em que se vise:

[...] educar as crianças para a vida, e essa vida, quando a gente fala, não é só aprender ler e escrever. Mas, educar as pessoas, pra que a gente

¹⁴ Trata-se de uma comunidade quilombola situada no município de Bequimão, no Estado do Maranhão. A pesquisadora optou por não revelar o nome das comunidades rurais abrangidas pela pesquisa. Os nomes das professoras entrevistadas também foram resguardados. Ver: MARTINS, Marilda da Conceição. **Professoras de escolas rurais: Bolívia, Brasil e México**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

possa, ter direitos, saber que eles são sujeitos, que tem direitos e deveres, e que também retratar os valores que já tão sendo perdidos, no decorrer da humanidade (depoimento de pesquisa. In: MARTINS, 2015, p. 208-209).

A tendência de circunscrever o direito e a luta pela educação como pilares da pesquisa em EEQ é corroborada pelo estudo de Souza (2015)¹⁵, que buscou estabelecer diálogos entre a Escola Municipal Nossa Senhora do Livramento e a comunidade quilombola de Saracura, ambas localizadas na região do Baixo Amazonas, às margens dos Rios Tapajós e Amazonas, no município de Santarém, Estado do Pará. Essa investigação apontou o fortalecimento das redes de cidadania e das famílias quilombolas locais, principalmente, no que diz respeito a proteção à vida e ao desenvolvimento de políticas de educação que fomentem uma efetiva participação na vida política e pública, como sujeitos de direitos. Nesse viés, a organização e a territorialização da referida comunidade passaram pelos caminhos da educação escolar, que luta e trabalha em meio aos limites regionais e aos poucos recursos materiais, na busca por uma educação comunitária, que garanta a concretização de direitos para os quilombolas. As palavras do autor consubstanciam essa tendência quando assinalam que a “educação escolar quilombola é uma reação positiva oriunda do comunitarismo, garantindo direito ao acesso escolar em seu território, expressão de luta contra o processo de liquidação dos grupos minoritários e garantia da liberdade cultural, econômica e social” (SOUZA, 2015, p. 114).

As tessituras acima delineadas, caracterizam as lutas travadas pelas escolas quilombolas na preservação da cultura e na fomentação de resistências pelos direitos das populações remanescentes de quilombos, colocando a educação escolar como um poderoso instrumento de luta pela erradicação da pobreza e, conseqüentemente, como um dos mecanismos de estruturação das comunidades, que possibilita o desenvolvimento social, com vistas à conquista subjetiva de cidadania por parte das populações aquilombadas. Nessa tessitura, a busca pela ascensão e pela dignidade social passam, particularmente, pelo caráter formativo da instituição escolar, que na comunidade quilombola de Saracura, tem sido exitosa em educar para a formação da cidadania e do desenvolvimento humano e social. Acerca das experiências educativas inscritas e postas

¹⁵ SOUZA, Wanildo Figueiredo de. **A escola e o desenvolvimento social do quilombo de Saracura, Baixo Amazonas, em Santarém, Pará.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2015.

em permanente diálogo com os princípios da cidadania nos processos de escolarização na referida comunidade, Souza (2015) corrobora que:

a escola tem como base de suas discussões a tendência progressista libertadora, essa tendência vincula a educação a luta e organização de classe do oprimido, ou seja, uma consequência da realidade em que vive por isso a crença desafiante na transformação e desenvolvimento social da realidade desejando se libertar através de uma consciência crítica e em busca de soluções. A escola entende como sociedade o espaço onde ser deve primar pelos princípios de democracia, ética e solidariedade, justiça e igualdade de direitos e liberdade de expressão. A comunidade escolar de Saracura compreende a educação como um processo de progresso do ser humano nos seus aspectos bio-psico-sociais, que possibilite a formação de sujeitos pensantes e criativos para a construção de uma sociedade justa e fraterna. Também entendem que a escola é um ambiente de interação entre culturas, ciências, arte e saberes que conduzem os alunos no desenvolvimento de suas competências e habilidades para viverem com dignidade na sociedade (SOUZA, 2015, p. 125-126).

Ainda acerca das questões que envolvem o direito à Educação no âmbito da EEQ e do desenvolvimento de teses em programas de pós-graduação em Educação no Brasil, salienta-se que Cordeiro (2017),¹⁶ analisou os aspectos ligados à educação escolar em seis escolas municipais e em uma escola estadual localizadas em comunidades quilombolas do município de Eldorado, na região do Vale do Ribeira, no Estado de São Paulo e perscrutou a atuação dessas instituições no campo dos direitos e aspirações quilombolas, na perspectiva de se entender como esses sujeitos situam a educação escolar pública frente às suas demandas por direitos sociais e coletivos. Em trocas com lideranças comunitárias, pessoas ligadas às associações quilombolas, funcionários/as, docentes, alunos/as e gestores/as de escolas quilombolas do Vale do Ribeira, o pesquisador revelou o aspecto formativo da educação como força motriz e impulsionadora de lutas que aspiram por cidadania e justiça social, dando robustez a já mencionada tendência de associação da luta pelo Direito à Educação, que são traduzidas no fortalecimento dos laços sociais comunitários e no esforço coletivo de emancipação cidadã das populações quilombolas. Nesse sentido, as escolas dessas comunidades buscam a construção da consciência social coletiva e são consideradas pelas próprias comunidades ribeirenses como instituições

¹⁶ CORDEIRO, Mauro Soares. **Política educacional e conquista de direitos: escolas públicas em comunidades quilombolas**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

fundamentais para o avanço das lutas que envolvem os direitos básicos dos quilombolas, na medida em que a educação escolar se pauta pelo estrito diálogo com o campo da formação para a cidadania, visando estimular a constituição de sujeitos de direitos.

O direito aos processos educativos pautados pelas histórias de lutas, de resistências e de valorização da cultura e dos saberes populares são exigências básicas reivindicadas pelas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Assim, o pressuposto basilar que norteou os diálogos com os envolvidos na pesquisa com as comunidades ribeirenses se assentou no entendimento de que as DCNEEQ se constituem como uma conquista do movimento negro e quilombola, atuando como uma poderosa ferramenta de construção coletiva no campo educacional para as populações negras rurais locais. No entanto, há necessidade de estratégias e maneiras de implementação para que novas conquistas de direitos se efetivem nos territórios ancestrais, possibilitando, dessa forma, o entrelaçamento dialético entre a convivência comunitária e o aprendizado cidadão para as populações quilombolas do Vale do Ribeira. Nesse alinhavo, o pesquisador situa os debates sobre o horizonte da movimentação pelo direito ao acesso à escolaridade como uma das formas de reparação às desigualdades históricas que estão submetidas as populações quilombolas do Vale do Ribeira, assinalando que:

as opiniões e informações coletadas nesta pesquisa evidenciaram que os quilombolas querem que as escolas daqueles territórios se transformem do atual estado em que funcionam condicionadas às diretrizes de instâncias superiores de administração e alheias às comunidades que as envolvem, para escolas quilombolas, em que a participação efetiva nos processos de decisão seja assegurada, respeitada e condicionante de um tipo de escolarização que faça parte de suas movimentações por direitos. [...] Lideranças que dominam os assuntos sobre a educação situam as escolas como parte da luta para a realização de direitos fundamentais. Esta constatação se evidenciou em muitas ocasiões. Referiram-se à vontade de que as escolas devem trabalhar em sintonia com as necessidades das comunidades e que devem atuar de maneira positiva na constituição da identidade quilombola. E mostraram mesmo o desejo de que as escolas devam considerar suas histórias como parte da história brasileira, que apreendam suas maneiras de ser, de aprender e fazer (CORDEIRO, 2017, p. 199-200).

Com o intuito de analisar a formação política do movimento social quilombola e os mecanismos que fundamentam a mobilização dos sujeitos coletivos na comunidade remanescente de quilombo de Conceição das Crioulas (CC), no município de Salgueiro,

no Estado de Pernambuco, a pesquisadora Maria Jorge dos Santos Leite¹⁷, assinala a ocorrência reiterada de processos de amadurecimento político e da constituição de espaços de cidadania coletiva na referida comunidade desde a década de 1990, momento em que se registram lutas históricas pela implantação de uma “educação diferenciada¹⁸” no referido território quilombado. A premissa norteadora dessa reivindicação curricular, designada por “educação diferenciada”, é fruto da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) e pode ser definida pelo entrecruzamento do fazer político-pedagógico inserido na educação escolar oferecida à população quilombola de CC, na luta pela regularização da terra tradicional e na busca de se reafirmar a história de resistência dessa comunidade quilombola, assim como, de suas identidades étnicas, saberes, vivências coletivas e suas formas próprias e tradicionais de aprender e de ensinar.

Durante o desenvolvimento da pesquisa e, através do contato cotidiano interseccional com a comunidade de CC, a autora inferiu que o horizonte proposto pela “educação diferenciada” naquele território ancestral intenciona intervir na realidade comunitária, na busca do atendimento das demandas sociais e coletivas da população quilombola de Conceição das Crioulas. Assim, a educação escolar ali desenvolvida objetiva desenvolver, às gerações futuras, sentimentos de pertencimento de identidade ancestral e, desse modo, impulsionar a promoção da cidadania no âmbito da conquista de direitos, havendo, nesse sentido, “um trabalho pedagógico com a intenção de interferir na realidade, de ressignificar a educação para atender às demandas sociais do grupo” (LEITE, 2012, p. 200). Acerca da trabalho de promoção de uma “educação diferenciada” desenvolvida na comunidade de CC, a pesquisadora destaca que se trata de:

uma proposta educacional que coloca no seu currículo temas comuns a todos os quilombolas: preservação da memória coletiva, valorização da cultura afro-brasileira, construção de identidade, conhecimento dos direitos, formação política, o modo particular de se relacionar com a terra e com as noções de posse e de propriedade e outras peculiaridades inerentes às próprias comunidades. Essa proposta diferencia-se, ainda,

¹⁷ LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social e educação**: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

¹⁸ O conceito de “educação diferenciada” trazido por Leite (2012) encontra um exame mais acurado no item 7.2 desta tese, no momento em que discutimos a categoria relacionada às Práticas Pedagógicas e Processos Educativos como uma tendência de pesquisa na Educação Escolar Quilombola em programas de pós-graduação em Educação no Brasil.

por transpor os muros da escola e adentrar por todos os espaços da comunidade. Assim, as questões que são abordadas em sala de aula, na forma de conteúdos escolares, são as mesmas discutidas nas reuniões de pais e mestres, nas associações, nos locais de trabalho, nos cursos de formação política, nos eventos políticos, nas calçadas e terreiros das residências e em outros locais públicos ou privados (LEITE, 2012, p. 232-233).

As ações políticas empreendidas pelo movimento social quilombola em Conceição de Crioulas assume, desde a sua fundação nos idos do início da década de 1980 até o momento atual, a defesa da construção da identidade quilombola local, o pertencimento étnico, a luta pelos direitos sociais, pela cidadania, pelo território e pelo combate à discriminação racial. O motor de convergência e de coesão entre essas lutas, se situa no âmbito da educação escolar, na medida em que as escolas são consideradas como espaços de formação e de reprodução do ideário quilombola, estabelecendo vínculos de emancipação com os estudantes e fomentando, entre os sujeitos em formação escolar, a perspectiva dos direitos coletivos. Nesse alinhavo, salienta a pesquisadora que:

a luta política do movimento quilombola de Conceição das Crioulas engloba várias ações/reivindicações: construção da identidade étnica do grupo (iniciada no momento do autorreconhecimento da comunidade, década de 1980) ainda em curso; existência de um processo educativo permanente que auxilia na formação das lideranças e possibilita o aprendizado dos direitos; luta por uma educação específica e diferenciada, visando o fortalecimento da identidade étnica; intensificação das relações com a sociedade civil e órgãos estatais, objetivando o atendimento das demandas sociais encaminhadas pelo movimento; conflitos e litígio com os fazendeiros na disputa pela posse da terra; realização de eventos políticos e atos públicos de pressão ao Estado no cumprimento ao disposto no artigo 68 do ADCT. É no desenvolvimento dessas ações que o sujeito coletivo movimento social quilombola de Conceição das Crioulas vai se constituindo. [...] Na construção do movimento a educação escolar tem papel fundamental, por proporcionar, além do aprendizado dos conteúdos curriculares, a formação política dos sujeitos. O movimento tem nas escolas, nas associações, no jornal Crioulas e nos espaços ocupados pelos quilombolas fora da comunidade, os principais campos políticos de atuação dos quilombolas; é nesses campos políticos que ocorrem a vivência da política, o aprendizado dos direitos e formação de lideranças. Na luta pelos direitos o movimento quilombola estabelece fortes relações com o Estado e entidades da sociedade civil (LEITE, 2012, p. 276-281).

O trabalho de doutoramento de Silva (2013),¹⁹ envolveu a Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca, localizada no município de Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul. Para o pesquisador, os contornos pedagógicos que constituem a EEQ, nessa localidade, estão diretamente relacionados às possibilidades da utilização de pedagogias que estejam diretamente associados às perspectivas de intervenções e de ações políticas junto às populações quilombolas, que visem a consolidação de consciências críticas, promovedoras de desenvolvimento social, econômico e cultural dessas comunidades. Aliada a essa premissa, evidenciou-se a necessidade da atuação institucional do Estado, em suas múltiplas representações administrativas, na busca de incentivo e de implementação de políticas públicas que visem a estimular o desenvolvimento social das populações quilombolas, efetivando “uma educação que alargue os horizontes, a partir da realidade do indivíduo; uma educação crítica com capacidade de despertar nas pessoas a necessidade do engajamento em uma sociedade de luta, na qual os direitos sociais precisam estar garantidos de forma plena” (SILVA, 2013, p. 49).

A perspectiva educacional construída em diálogo com as comunidades quilombolas de Casca se pauta na ampliação e consolidação de elementos ligados à construção da cidadania em seu sentido majoritário e na valorização dos aspectos da negritude, que embasam a luta da comunidade por respeito, legitimidade e dignidade das populações negras rurais de Casca. Assim, a EEQ, nessa comunidade negra rural, deve ser um instrumento de luta ancestral, que leve em conta a realidade excludente, que atinge as populações quilombolas mostardenses, assim como, suas vivências coletivas, suas culturas, identidades e a história desses povos aquilombados historicamente. Nesse sentido, a educação desenvolvida nas comunidades negras rurais de Casca busca:

estar a serviço da construção de uma compreensão crítica que auxilie no processo de emancipação social das comunidades remanescentes de quilombos, valorizando as suas especificidades e as lutas históricas que marcam a existência e a trajetória destes grupos sociais, etnicamente diferenciados e historicamente excluídos. A educação, assim, passa a ser utilizada como instrumento de defesa dos ataques caracterizados pelo racismo institucional, preconceito racial e discriminação social de que as comunidades têm sido objeto constante, especialmente após

¹⁹ SILVA, Paulo Sérgio da. **Contornos pedagógicos de uma Educação Escolar Quilombola**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

afirmarem, de maneira consciente, a reivindicação de direitos com base em suas trajetórias ancestrais de luta por dignidade e respeito (SILVA, 2013, p. 195).

Cabe ainda o destaque de que as teses analisadas evidenciam a necessidade de construção de políticas públicas de educação voltadas às comunidades quilombolas brasileiras, na prerrogativa do reconhecimento e da compensação da inegável invisibilidade atribuída historicamente às comunidades remanescentes de quilombos (CRQs), principalmente, no que diz respeito aos direitos sociais e coletivos. Sem a materialização de políticas públicas, capazes de eliminar as diversas discrepâncias estruturadas secularmente, nos âmbitos da escolarização, da saúde, da alimentação, do lazer, do trabalho, da moradia adequada, da legislação fundiária que garanta os direitos à titulação e a permanência nos territórios ancestrais, a vida prática dos sujeitos quilombolas não será traduzida em expressões plenas de cidadania.

Apontamentos finais e novas aberturas no campo da pesquisa em Educação Escolar Quilombola

Um primeiro ponto de debate que se faz necessário no limiar desse trabalho, se refere às discussões que envolvem a educação como direito fundamental e de natureza social, aqui entendidas como questões fundamentais e estratégicas para se pensar os caminhos que alinhavam os países da América Latina, e de tantas outras nações situadas no hemisfério sul, no processo de reivindicações, lutas, conquistas e exercício dos direitos. No campo das trajetórias históricas das sociedades latinas, é possível admitir a existência de estruturas comuns de desigualdades e de quadros políticos e sociais análogos, principalmente relacionados à reminiscência da escravidão e as estruturas racistas delas provenientes, que ainda hoje enlaçam a população afrodescendente desses países. Nesse direcionamento, demarcamos que o racismo estrutural, que se acavalou, às duras penas, sobre as populações de origem africana na América Latina, estancou grande parte das possibilidades de avanço e construção democrática nessas sociedades. Como desdobramento dessas violações de direitos e de violências físicas e simbólicas, se assinala, ainda hoje, a marginalização política, social, cultural e econômica imposta às populações afro-latinas, sobre toda a América.

Em contraponto a esse quadro alarmante e lastimável, que se mostra atrelado a processos históricos de longa duração temporal, de exclusão de descendentes de africanos em terras latino-americanas e caribenhas, diversas vozes negras na América se levantam na busca de reafirmar suas identidades, reivindicar suas demandas, ocupar os espaços que lhes são de direito, a lutar pela conquista de garantias sociais e condições de vida dignas, combater e resistir a discriminação e o racismo. Nesse sentido, os movimentos negros organizados na América, além de pleitear melhores condições de vida social para as populações afro-americanas, buscam a reparação societária e histórica e a garantia dos direitos civis, políticos e sociais para as populações afro-latinas, uma vez que a escravidão lhes submeteu a condições desfavoráveis e a conjunturas adversas.

No caso brasileiro, a trajetória percorrida na busca de se garantir os direitos de cidadania tem se mostrado lenta, tortuosa e conflituosa. Derivado de processos relacionados à exploração colonial de viés escravista, bem como, na opressão e no uso da coerção bruta e psíquica em relação às populações escravizadas, o Brasil se constituiu historicamente como um país marcado por extremas desigualdades sociais, obstaculizando o acesso e o usufruto plenos dos legítimos direitos de cidadania à grande parte de sua população, principalmente as camadas mais pobres e vulneráveis às ações da violência e da exclusão social, inclusive no que diz respeito ao campo educacional. Nesse pormenor, corrobora-se a posição de Carvalho (2002, p. 19) quando o autor assinala que “o fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão”. Nessa vertente, faz-se cogente o destaque de que a força dessas estruturas excludentes deixou marcas profundas que se reverberam ainda hoje, inclusive no que concerne ao direito à educação de povos indígenas e quilombolas. Por outro lado, como oposição a esse modelo historicamente excludente, os movimentos sociais de caráter antirracista assumem papéis de protagonismo e de resistência na luta pela efetivação de políticas públicas de caráter reparatório, incluyente e emancipatório.

Nos caminhos acima delineados, as lutas por educação se destacam como mecanismo de propulsão para que outras lutas se corporifiquem e ganhem relevo no âmbito das CRQ's, principalmente, na conjuntura atual que se notabiliza pelo avanço do ultra conservadorismo reacionário, que procura desmontar as conquistas sociais garantidas através das lutas do povo brasileiro e por um imenso retrocesso democrático, que ataca profundamente as conquistas históricas no campo dos direitos sociais e

coletivos, à medida em que se vulnerabiliza as comunidades quilombolas, os povos indígenas e os demais povos tradicionais brasileiros. A perspectiva para o momento político do país, aponta para a revogação de marcos legais, a supressão de programas sociais, o aniquilamento de instâncias de controle social, cortes de orçamento e abnegação de direitos coletivos e territoriais. Na particularidade das comunidades quilombolas, que são os atores sociais envolvidos diretamente nesta tese e analisados nesse estudo, percebem-se tentativas recorrentes de obstrução e desconstrução de direitos dessas populações, principalmente no que diz respeito aos seus territórios, haja vista que o controle das titulações de terras está, atualmente, sob o comando e os desmandos do agronegócio e dos ruralistas que, historicamente, se opõem à democratização do acesso à terra no país. A tentativa de desqualificação das lutas históricas das populações quilombolas pressupõe não somente um golpe contra o direito de sobrevivência das CRQ's, mas, sobretudo, às possibilidades de se garantir a existência humana em suas plenitudes física, psíquica, cultural, social, territorial e histórica, que se mantêm tangenciadas pelo direito à saúde, à moradia, ao trabalho, à renda e à escolarização com qualidade, e que se caracterizam como instrumentos fundamentais na garantia da reprodução da vida material e imaterial das comunidades quilombolas.

Referências

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BARBOSA, Ricardo Tadeu **Tendências de pesquisa em educação escolar quilombola**: um estudo de teses desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil, no período de 2012 a 2019. 2021. 417 f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contém as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto nº. 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola**: algumas informações. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação-2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. 2. ed. Brasília, 1995.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à Educação, Diversidade, e Educação em Direitos Humanos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 715-726, jul.-set. 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n.39, p. 517-534, set/dez.2008.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, n. 79, p. 257- 272, ago. 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra: alteridades em questão. **Revista Aletria**, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 38-47, dez. 2002.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. **Movimento social e educação**: a constituição do sujeito coletivo na luta por direitos na comunidade de Conceição das Crioulas. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

LOPES, Dilmar Luiz. **Rodas de conversa e Educação Escolar Quilombola**: arte do falar saber fazer: o Programa Brasil Quilombola em Restinga Seca/RS. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte em Educação”. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

SILVA, Givânia Maria da. Política Nacional de Quilombos: avanços e desafios. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Brasília v. 9, 2008, p. 9-13.

SILVA, Paulo Sérgio da. **Contornos pedagógicos de uma Educação Escolar Quilombola**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.